



SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA RECEITA
COMISSÃO DO CONCURSO PÚBLICO PARA AUDITOR FISCAL DA RECEITA

Concurso Público para provimento de cargos de
Auditor Fiscal da Receita Estadual

Caderno de Prova, Cargo A01, Tipo 001
000000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A 1

Conhecimentos Gerais

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

CONHECIMENTOS GERAIS

PORTUGUÊS

Atenção: As questões de números 1 a 5 referem-se ao texto abaixo.

Os números do relatório da CPI dedicada originalmente aos Correios são expressivos, dos milhares de páginas de texto e documentos aos mais de cem acusados. É o tempo do espanto. Um oceano nos separa, contudo, do resultado concreto, o das absolvições e o das punições. Os dois momentos do mar imenso entre relatório e resultado estão no julgamento final, cuja tendência é pessimista, a contar de exemplos recentes. Não deveria ser.

Não deveria ser pela natureza mesma das comissões parlamentares de inquérito, cujo nome é raramente objeto de meditação até pelos operários do direito. "Comissão", além do significado mercantil (depreciativo, no caso do Parlamento), do dinheiro pago em remuneração de serviço, é também o do grupamento encarregado de realizar tarefa de interesse comum. Interesse comum? Não. De interesses conflituosos pela própria natureza política de seu trabalho, pois o vocábulo "parlamentares" as afirma integradas por componentes de uma das casas do Congresso ou mistas, funcionando segundo seus regimentos internos. (...)

"As comissões são úteis ou necessárias?", perguntará o leitor. Sem a menor dúvida e vigorosamente, respondo sim. Há abusos. São lamentáveis, mas inerentes à vida parlamentar, no Brasil e em qualquer país onde haja comissões parlamentares. Se os legisladores devem ser a expressão média de seu povo, fica manifesto que os parlamentos sejam compostos por homens e mulheres de bem, dedicados e honestos, mas também por pilantras, patifes, cachaceiros, delinqüentes e assim por diante. (...) Seria ideal que o povo escolhesse melhor seus representantes, dizem as elites, mas sem razão. O povo vota sob influência do poder econômico, após seleção dos favoritos de chefes partidários, para exclusão dos que assumam linha independente da adotada pelas lideranças e assim por diante.

Voltando à CPI dos Correios, cabe esclarecer por que há um oceano entre o relatório e o resultado. "Inquérito" é trabalho de apuração. Se bem feito, propicia bom material aos julgadores. Se malfeito, facilita a "pizza", essa maravilhosa invenção atribuída aos italianos em geral, mas que vem do sul

da Itália. "Pizza" transformada em cambalacho e tapeação? Não necessariamente. Muitas vezes o defeito da distância entre a apuração e o julgamento está naquela, e não neste, principalmente se for judicial. O mal do julgamento político está em que não considera seu efeito paralelo do desprestígio para o Parlamento como um todo. No caso atual, porém, não se pode negar que já houve resultados apreciáveis. Para o relatório lido nesta semana cabe esperar pela travessia do oceano e torcer para que chegue a bom porto.

(W. Ceneviva. **Folha de S. Paulo**. 01/04/2006, C2)

1. Os dois momentos do mar imenso entre o relatório e o resultado estão no julgamento final, cuja tendência é pessimista, a contar de exemplos recentes.

De acordo com o texto, esse trecho significa

- (A) uma impressionante identidade entre relatório e julgamento.
- (B) um julgamento pessimista, embora o relatório seja um mar de otimismo.
- (C) um julgamento tendencioso que reflete o mar de ilícitos que constam do relatório.
- (D) um desacordo considerável entre o resultado do julgamento e o relatório.
- (E) um oceano de ilícitos, embora o relatório seja tendencioso.

2. De acordo com o texto, "Pizza" transformada em cambalacho e tapeação pode ser o resultado de

- (A) um julgamento em desacordo com as regras institucionais.
- (B) um relatório que resulta de um inquérito que não apurou adequadamente os fatos.
- (C) uma maravilhosa invenção gastronômica, mas ruim por seu efeito paralelo.
- (D) um julgamento que não condiz com os fatos apurados.
- (E) uma Comissão Parlamentar de Inquérito dedicada a cambalachos e à tapeação.

3. As expressões *travessia do oceano* e *bom porto* podem ser substituídas, sem alteração de sentido, respectivamente por

- (A) apuração e bom julgamento.
- (B) julgamento e boa âncora.
- (C) relatório e boa âncora.
- (D) relatório e bom julgamento.
- (E) julgamento e bom termo.

4. Observando-se, no texto, a intenção do autor, verifica-se o uso da função da linguagem
- (A) metalingüística, para criar um efeito de ambigüidade e ironia.
 - (B) referencial, para informar e criar ambigüidades.
 - (C) fática, para criar ironia e transmitir informações.
 - (D) poética, para transmitir informações ao leitor, por meio de ambigüidades.
 - (E) emotiva, para criar ironia e construir a adesão do leitor.

5. **Se bem feito**, propicia bom material aos julgadores.

No texto, o conectivo **se** pode ser substituído, sem alteração de sentido, por

- (A) quando.
- (B) mesmo.
- (C) caso.
- (D) embora.
- (E) mas.

6. Os números do relatório da CPI dedicada originalmente aos Correios são expressivos, dos milhares de páginas de texto e documentos aos mais de cem acusados.

O período acima está corretamente reescrito, mantendo o sentido original, em:

- (A) A CPI que, a princípio, investigava apenas os Correios, ampliou seu raio de ação, conseguiu um número expressivo de documentos porque produziu um relatório de milhares de páginas e pode incriminar mais de cem pessoas.
- (B) A CPI que, a princípio, investigou apenas os Correios, mas ampliou seu raio de ação, conseguiu um número expressivo de documentos que produziu um relatório de milhares de páginas portanto, pode incriminar mais de cem pessoas.
- (C) A CPI que, em princípio, investigaria apenas os Correios, delimitou seu raio de ação, conseguiu um número expressivo de documentos, produziu um relatório de milhares de páginas podendo incriminar mais de cem pessoas.
- (D) A CPI que, a princípio, investigaria apenas os Correios, ampliou seu raio de ação, conseguiu um número expressivo de documentos, produziu um relatório de milhares de páginas e pode incriminar mais de cem pessoas.
- (E) A CPI que, em princípio, investigaria apenas os Correios, decolou: para poder incriminar mais de cem pessoas, delimitou seu raio de ação e conseguiu um número expressivo de documentos.

7. Leia as frases abaixo:

- I. O leitor perguntaria se as comissões são úteis e necessárias.
- II. Com essa CPI, acabaria tudo em pizza, novamente?
- III. Os abusos, embora lamentáveis, são freqüentes na vida pública, asseverou o colunista.

Elas se encontram, respectivamente, em discurso

	I	II	III
A	direto	indireto livre	indireto
B	indireto livre	direto	indireto
C	indireto	indireto livre	direto
D	indireto	direto	indireto livre
E	direto	direto	indireto livre

8. De acordo com a norma culta, a concordância verbal está correta APENAS na frase:

- (A) O autor disse que existe comissões parlamentares válidas e competentes.
- (B) Haviam perguntas que não foram respondidas durante o interrogatório.
- (C) Em toda a parte do mundo podem haver políticos corruptos.
- (D) É necessário reconhecer que algumas atitudes que fere os princípios éticos precisam serem punidas.
- (E) Já faz cinco sessões que os deputados não votam nenhuma proposta do governo.

9. A frase inteiramente de acordo com a norma culta é:

- (A) De fato, punições seriam-lhe impostas, caso não se provasse sua inocência em relação às graves denúncias.
- (B) Os relatórios foram-lhe entregues pelos representantes da bancada ruralista.
- (C) O povo vota à muito tempo sob a influência das elites e dos chefes partidários.
- (D) A Câmara dos Deputados ficou meia preocupada com as repercussões das últimas votações nos processos de cassação.
- (E) Apenas 20% dos deputados estão dispostos à respeitar as conclusões dos relatores dos processos.

10. Nas frases

- I. O mau julgamento político de suas ações não preocupa os deputados corruptos. Para eles, o mal está na mídia impressa ou televisiva.
- II. Não há nenhum mau na utilização do Caixa 2. Os recursos não contabilizados não são um mau, porque todos os políticos o utilizam.
- III. É mau apenas lamentar a atitude dos políticos. O povo poderá puni-los com o voto nas eleições que se aproximam. Nesse momento, como diz o ditado popular, eles estarão em mal lençóis.

o emprego dos termos **mal** e **mau** está correto APENAS em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) II.
- (D) III.
- (E) I e III.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

<p>11. Certas operações podem ocorrer por um período de apenas alguns dias, tornando conveniente utilizar a taxa diária e obtendo os juros segundo a convenção do ano civil ou do ano comercial. Então, se um capital de R\$ 15.000,00 foi aplicado por 5 dias à taxa de juros simples de 9,3% ao mês, em um mês de 31 dias, o módulo da diferença entre os valores dos juros comerciais e dos juros exatos é</p> <p>(A) R\$ 7,50</p> <p>(B) R\$ 15,00</p> <p>(C) R\$ 22,50</p> <p>(D) R\$ 30,00</p> <p>(E) R\$ 37,50</p>	<p>14. A taxa de juros nominal de 36% ao ano, com capitalização mensal, corresponde a uma taxa efetiva de</p> <p>(A) 9% ao trimestre.</p> <p>(B) $[(1,03)^2 - 1]$ ao bimestre.</p> <p>(C) $12 \cdot [(1,36)^{1/12} - 1]$ ao ano.</p> <p>(D) $(\sqrt{1,36} - 1)$ ao semestre.</p> <p>(E) $[(1,36)^{1/12} - 1]$ ao mês.</p>
<p>12. Um investidor aplica em um determinado banco R\$ 10.000,00 a juros simples. Após 6 meses, resgata totalmente o montante de R\$ 10.900,00 referente a esta operação e o aplica em outro banco, durante 5 meses, a uma taxa de juros simples igual ao dobro da correspondente à primeira aplicação. O montante no final do segundo período é igual a</p> <p>(A) R\$ 12.862,00</p> <p>(B) R\$ 12.750,00</p> <p>(C) R\$ 12.650,00</p> <p>(D) R\$ 12.550,00</p> <p>(E) R\$ 12.535,00</p>	<p>15. Um capital no valor de R\$ 20.000,00 foi investido a uma taxa de juros compostos de 10% ao ano, durante 2 anos e 3 meses. O montante no final do período, adotando a convenção linear, foi igual a</p> <p>(A) R\$ 22.755,00</p> <p>(B) R\$ 23.780,00</p> <p>(C) R\$ 24.805,00</p> <p>(D) R\$ 24.932,05</p> <p>(E) R\$ 25.500,00</p>
<p>13. Ao descontar em um banco, 2 meses antes de seu vencimento, um título de valor nominal igual a R\$ 30.000,00, uma empresa recebe na data da operação de desconto comercial simples o valor de R\$ 28.500,00. Utilizando a mesma taxa de desconto anterior e ainda a operação de desconto comercial simples, descontando um título de valor nominal de R\$ 24.000,00, 3 meses antes de seu vencimento, receberá</p> <p>(A) R\$ 20.000,00</p> <p>(B) R\$ 21.000,00</p> <p>(C) R\$ 22.000,00</p> <p>(D) R\$ 22.200,00</p> <p>(E) R\$ 22.500,00</p>	<p>16. Um título é resgatado 2 anos antes do vencimento, segundo o critério do desconto racional composto. Se a taxa utilizada foi de 10% ao ano e o valor do desconto resultou em R\$ 4.620,00, o valor nominal do título é</p> <p>(A) R\$ 26.620,00</p> <p>(B) R\$ 26.015,00</p> <p>(C) R\$ 25.410,00</p> <p>(D) R\$ 24.805,00</p> <p>(E) R\$ 24.200,00</p> <p>17. Dois títulos cujos valores nominais são R\$ 16.500,00 e R\$ 26.620,00, vencíveis no fim de 1 ano e 3 anos, respectivamente, serão substituídos por um único título equivalente, vencendo no final de 2 anos. Adotando a operação do desconto racional composto à taxa de juros compostos de 10% ao ano, o valor nominal deste único título é</p> <p>(A) R\$ 47.432,00</p> <p>(B) R\$ 44.770,00</p> <p>(C) R\$ 44.165,00</p> <p>(D) R\$ 42.350,00</p> <p>(E) R\$ 39.200,00</p>

Instruções: Para a resolução das questões de números 18 a 20, utilize a tabela financeira abaixo (Taxa de juros nominal de 24% ao ano, com capitalização mensal)

NÚMERO DE MESES (n)	PAGAMENTO ÚNICO	SÉRIE DE PAGAMENTOS IGUAIS	
	FAC	FAC	FRC
1	1,02	1,00	1,02
2	1,04	2,02	0,52
3	1,06	3,06	0,35
4	1,08	4,12	0,26
5	1,10	5,20	0,21
6	1,13	6,31	0,18
7	1,15	7,43	0,15
8	1,17	8,58	0,14
9	1,20	9,75	0,12
10	1,22	10,95	0,11
11	1,24	12,17	0,10
12	1,27	13,41	0,09
13	1,29	14,68	0,09
14	1,32	15,97	0,08
15	1,35	17,29	0,08
16	1,37	18,64	0,07
17	1,40	20,01	0,07
18	1,43	21,41	0,07
19	1,46	22,84	0,06
20	1,49	24,30	0,06

FAC (Fator de Acumulação de Capital, Pagamento Único) = $(1,02)^n$

FAC (Fator de Acumulação de Capital, Série de Pagamentos Iguais) = $\frac{(1,02)^n - 1}{0,02}$

FRC (Fator de Recuperação de Capital, Série de Pagamentos Iguais) = $\frac{(1,02)^n \times 0,02}{(1,02)^n - 1}$

Para o cálculo do Fator de Valor Atual (FVA), Série de Pagamentos Iguais, considerar $FVA = \frac{1}{FRC}$

18. Um investidor deposita, no início de cada mês, o valor de R\$ 1.000,00, durante 10 meses, em um banco que remunera a uma taxa de 24% ao ano, com capitalização mensal. Decide resgatar todo o montante correspondente a esta operação somente no início do 13^o mês. O valor deste resgate é

- (A) R\$ 10.335,00
- (B) R\$ 11.388,00
- (C) R\$ 11.607,00
- (D) R\$ 13.034,00
- (E) R\$ 14.680,00

19. Paulo comprou um automóvel em 10 prestações mensais, iguais e consecutivas, no valor de R\$ 4.400,00 cada uma, vencendo a primeira 1 mês após a data da compra. A agência de automóveis trabalha com uma taxa de juros compostos de 2% ao mês. Se Paulo propusesse à agência quitar a dívida em 15 prestações, vencendo também a primeira 1 mês após a data da compra, o valor da prestação seria de

- (A) R\$ 3.140,00
- (B) R\$ 3.200,00
- (C) R\$ 3.360,00
- (D) R\$ 3.410,00
- (E) R\$ 3.600,00

20. Uma loja oferece a um cliente 2 opções referentes à compra de determinada marca de televisor:

I. À vista, no valor de R\$ 4.000,00, sem desconto.

II. R\$ 500,00 de entrada mais 9 prestações mensais, iguais e consecutivas à taxa de juros compostos de 2% ao mês, vencendo a primeira 2 meses após a data da compra.

O valor de cada prestação em (II) que torna os pagamentos das duas opções equivalentes, segundo o critério do desconto racional composto à taxa de juros compostos de 2% ao mês, é

- (A) R\$ 499,80
- (B) R\$ 490,00
- (C) R\$ 489,60
- (D) R\$ 480,00
- (E) R\$ 428,40

SISTEMA DE INFORMAÇÃO

21. O sistema básico de registro de informações em um computador é o binário. Sendo assim, o número binário 0011011101 corresponde ao decimal

- (A) 91.
- (B) 121.
- (C) 201.
- (D) 221.
- (E) 301.

22. O BIOS de um microcomputador é basicamente

- (A) um sistema de controle de rotinas de entrada e saída.
- (B) uma memória de massa.
- (C) um slot de memória regravável.
- (D) um chip de memória de acesso randômico.
- (E) um sistema operacional de interface gráfica.

<p>23. O Microsoft <i>Windows</i> XP está preparado com programas e opções que oferecem recursos de acessibilidade para</p> <p>I. usuários surdos ou com deficiência auditiva; II. usuários cegos ou com deficiência visual; III. pessoas com deficiências motoras.</p> <p>É correto o que se afirma em</p> <p>(A) I, apenas. (B) I, II e III. (C) I e III, apenas. (D) II, apenas. (E) III, apenas.</p>	<p>28. Uma barreira de proteção de rede de computadores que tem por função regular o tráfego entre redes distintas, impedindo, por meio de regras predefinidas, a transmissão de dados nocivos ou não-autorizados de uma rede a outra é definida como</p> <p>(A) <i>keylogger</i>. (B) <i>antivirus</i>. (C) <i>anti adware</i>. (D) <i>firewall</i>. (E) <i>anti spyware</i>.</p>
<p>24. A GUI é uma característica típica</p> <p>(A) de hipertextos. (B) de programas escritos em html. (C) do sistema operacional <i>Windows</i>. (D) do sistema de armazenamento do Linux. (E) de ferramentas de programação.</p>	<p>29. São, respectivamente, uma ferramenta de colaboração de comunicação assíncrona entre usuários de uma intranet e uma topologia de rede local</p> <p>(A) <i>e-mail</i> e <i>anel</i>. (B) <i>instant messenger</i> e TCP/IP. (C) <i>content provider</i> e <i>estrela</i>. (D) ICQ e TCP/IP. (E) <i>barramento</i> e <i>anel</i>.</p>
<p>25. Considerando-se o conceito de acessibilidade de um documento, é recomendável que um editor de texto possua funcionalidades para</p> <p>(A) copiar e colar tabelas de forma rápida. (B) realizar a correção ortográfica, apenas. (C) converter tabelas em texto e vice-versa. (D) realizar a correção sintática e ortográfica. (E) aumentar o tamanho dos botões da barra de ferramentas.</p>	<p>30. Dispositivo físico que tem por função básica apenas interligar os computadores de uma rede local. Recebe dados vindos de um computador e os transmite às outras máquinas. Conhece-se também por concentrador</p> <p>(A) o <i>parser</i>. (B) o <i>hub</i>. (C) o <i>router</i>. (D) a <i>bridge</i>. (E) o <i>gateway</i>.</p>
<p>26. Considere uma planilha eletrônica inicialmente vazia onde na célula A1 é inserida a fórmula =35+B1*C1 e nas células B1 e C1 são inseridos os números 3 e 4, respectivamente. Copiando-se a célula A1 para a célula C2 esta última apresentará o resultado</p> <p>(A) 12. (B) 16. (C) 35. (D) 47. (E) 152.</p>	<p>31. Para conectar diversas sub-redes entre si em uma estrutura de nível mais alto, em uma rede, geralmente é utilizada uma infraestrutura de alta velocidade definida como</p> <p>(A) SMTP. (B) TCP/IP. (C) OSI. (D) <i>BACKBONE</i>. (E) <i>LINEBOARD</i>.</p>
<p>27. Um gerenciador de banco de dados relacional</p> <p>(A) identifica a relação entre seus registros a partir de ponteiros no sentido filho-pai, unicamente. (B) identifica a relação entre dois ou mais registros a partir da sua justaposição. (C) não contempla a definição de dados pertinentes às tabelas. (D) identifica a relação entre seus registros a partir de ponteiros no sentido pai-filho, unicamente. (E) deve possibilitar a identificação única de uma linha de uma tabela.</p>	<p>32. A Ethernet é</p> <p>(A) uma rede de difusão de barramento com controle descentralizado. (B) um pacote de transmissão de dados conhecido como <i>Token-Ring</i>. (C) uma rede de difusão em estrela com controle centralizado. (D) uma rede de difusão de barramento com controle centralizado. (E) um pacote de transmissão em anel com controle descentralizado.</p> <p>33. Criptografia simétrica é um método de codificação que utiliza</p> <p>(A) uma chave pública e uma chave privada para encriptar e decodificar a mesma mensagem. (B) duas chaves públicas para encriptar e decodificar a mesma mensagem. (C) uma só chave para encriptar e decodificar a mesma mensagem. (D) duas chaves privadas para encriptar e decodificar a mesma mensagem. (E) uma chave pública e duas chaves privadas para encriptar e decodificar a mesma mensagem.</p>

34. Considere as características abaixo em relação ao sistema operacional Linux
- I. multiusuário e monotarefa;
 - II. leitura de executáveis sob demanda;
 - III. memória virtual.
- É correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) I e II.
 - (E) II e III.

35. A confidencialidade e a autenticidade das mensagens trocadas em uma sessão segura na internet é possibilitada pelo uso
- (A) da *Common Graphic Interface*.
 - (B) do SSL 128 bits.
 - (C) do bloqueador de *Pop-ups*.
 - (D) do antivírus.
 - (E) da *firewall*.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Instruções: Para responder às questões de números 36 e 37, considere a situação abaixo descrita:

Um servidor público de determinado Estado da federação, responsável pela solução de consultas tributárias, recebeu consulta formal de uma empresa sobre a interpretação de determinado dispositivo da legislação estadual sobre o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS. O servidor público, competente para a tarefa, respondeu a consulta e submeteu-a a seu superior hierárquico, que a ratificou. Posteriormente, verificou-se que a resposta dada pelo servidor público estava equivocada, porque ignorava a existência de dispositivo legal expressamente contrário ao entendimento ali defendido. Assim, a solução da consulta foi invalidada e a empresa foi autuada pelo recolhimento a menor do tributo, arcando com as penalidades previstas na legislação.

36. Os prejuízos causados à empresa em decorrência da atuação equivocada do servidor público
- (A) podem ensejar a responsabilidade civil do Estado.
 - (B) apenas podem ensejar a responsabilidade civil do Estado se for comprovado que o servidor público agiu com dolo ou culpa grave.
 - (C) apenas podem ensejar a responsabilidade civil do Estado se for comprovado o conluio do servidor público com a empresa.
 - (D) não podem ensejar a responsabilidade civil do Estado, mas o servidor público poderá responder civilmente, se comprovado que agiu com dolo ou culpa grave.
 - (E) não podem ensejar a responsabilidade civil do Estado, nem do servidor público.

37. A ratificação do ato praticado pelo servidor público pelo seu superior é manifestação do poder
- (A) de polícia, representativo do controle efetuado pela direção superior da Administração Pública sobre os integrantes de seu quadro de pessoal.
 - (B) hierárquico, embora a ratificação seja apenas exigida nas hipóteses expressamente previstas pela lei.
 - (C) regulamentar, por meio do qual compete às autoridades superiores emitir atos administrativos normativos para observância obrigatória pelos graus inferiores.
 - (D) hierárquico, cabendo à autoridade superior definir o conteúdo dos atos emanados de seus subordinados, em qualquer hipótese.
 - (E) regulamentar, pelo qual as autoridades superiores controlam e fiscalizam os atos dos agentes inferiores.

38. Em matéria de responsabilidade civil do Estado, a adoção da chamada teoria do risco integral implica que a Administração
- (A) não responde pelos danos causados em virtude de atividades exercidas por particulares, quando estas atividades por si só sejam consideradas arriscadas.
 - (B) tem sua responsabilidade excluída por eventos de força maior e caso fortuito, bem assim por aqueles oriundos de culpa exclusiva da vítima.
 - (C) responda civilmente por danos causados a terceiros, apenas nas situações em que estiver presente a culpa do serviço público.
 - (D) está impossibilitada de voltar-se regressivamente contra o causador do dano, devendo arcar integralmente com o ônus do ressarcimento.
 - (E) não pode beneficiar-se de excludentes de responsabilidade como a ocorrência de força maior e caso fortuito.

39. O regime jurídico administrativo, aplicável às entidades da administração indireta, resulta na
- (A) atribuição de personalidade jurídica de direito público a todas estas, independentemente da forma jurídica que adotarem.
 - (B) obrigatoriedade da realização de licitação para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, de acordo com os seus regulamentos próprios.
 - (C) sujeição de seu pessoal às regras próprias do funcionalismo público, notadamente ao regime jurídico único do ente público de que fazem parte.
 - (D) indisponibilidade dos bens de propriedade destas entidades, que apenas poderão ser alienados por meio dos procedimentos legais.
 - (E) obrigatoriedade de sua constituição sob a forma de sociedade anônima de capital aberto, não sujeita à falência.

<p>40. Determinado município cria empresa pública para a consecução de atividade definida como serviço público titularizado pelo próprio município. Considerando que esta seja a atividade efetivamente exercida, seu regime jurídico será de direito</p> <p>(A) público, necessariamente.</p> <p>(B) privado, necessariamente.</p> <p>(C) público ou privado, conforme for disposto pela sua lei de criação, observadas as normas constitucionais a respeito.</p> <p>(D) público ou privado, conforme for determinado em seus atos constitutivos.</p> <p>(E) público ou privado, conforme a decisão do chefe do Executivo municipal.</p>	<p>44. Determinada prefeitura municipal realiza obra pública, tendo por objetivo o fechamento de rua ao tráfego de veículos e a criação de passeio de pedestres. Essa obra, porém, está em desacordo com a legislação urbanística, que não permite restrições à circulação de veículos naquela região específica da cidade. Tampouco há regulamentos ou normas do poder executivo que amparem essa providência. A realização da obra pública, nessas condições, equivale a ato administrativo</p> <p>(A) material, passível de impugnação por meio de ação popular.</p> <p>(B) material, não passível de impugnação por meio de ação popular.</p> <p>(C) normativo, passível de impugnação por meio de ação popular.</p> <p>(D) normativo, não passível de impugnação por meio de ação popular.</p> <p>(E) complexo, passível de impugnação por meio de ação popular.</p>
<p>41. A convalidação de atos administrativos é providência que</p> <p>(A) pode ser tomada, desde que não prejudique o interesse público ou os direitos de terceiros.</p> <p>(B) pode ser tomada livremente, mediante apreciação discricionária da autoridade competente.</p> <p>(C) deve obrigatoriamente ser tomada, se os vícios forem sanáveis.</p> <p>(D) não pode ser tomada, em razão de inexistirem nulidades relativas em direito administrativo.</p> <p>(E) não pode ser tomada, por falta de expressa previsão legal.</p>	<p>45. Suponha que um indivíduo preste à administração informações equivocadas a respeito da área construída de imóvel de sua propriedade. Tendo em vista essas informações, a administração lavra multa contra o proprietário, porque a área construída informada é maior do que a permitida pela legislação. Porém, na realidade, a área é menor e o imóvel está em conformidade com as posturas municipais. Desejando contestar a aplicação da multa, o proprietário</p> <p>(A) não poderá fazê-lo, porque induziu a administração em erro.</p> <p>(B) não poderá fazê-lo, porque a verdade material não prevalece sobre as informações constantes dos autos.</p> <p>(C) poderá fazê-lo, sustentando a inexistência de motivos do ato administrativo.</p> <p>(D) poderá fazê-lo, sustentando vício de forma do ato administrativo.</p> <p>(E) poderá fazê-lo, sustentando desvio de finalidade do ato administrativo.</p>
<p>42. O governador do Estado da Paraíba, a pretexto de regulamentar lei emanada da Assembléia Legislativa, edita decreto que cria novas obrigações a particulares e extrapola a sua matriz legal. Desejando coibir os termos abusivos desse decreto, a Assembléia Legislativa, no exercício do controle parlamentar dos atos administrativos, poderá</p> <p>(A) oficiar ao Ministério Público solicitando a propositura de ação direta de inconstitucionalidade do decreto.</p> <p>(B) impetrar, por intermédio de sua mesa diretora, mandado de segurança para suspender a execução do decreto no território estadual.</p> <p>(C) revogar o decreto, por meio de decreto legislativo que contenha disposição revogatória expressa.</p> <p>(D) sustar a execução do decreto do governador do Estado, naquilo que exceder o seu poder regulamentar.</p> <p>(E) solicitar ao Tribunal de Contas do Estado que tome as medidas judiciais cabíveis para a invalidação do decreto.</p>	<p>46. A intervenção na concessão de serviço público é mecanismo pelo qual</p> <p>(A) o poder concedente assume a administração da empresa concessionária, afastando seus administradores com o objetivo de assegurar a regularidade da prestação do serviço público.</p> <p>(B) o poder concedente, verificando irregularidades na execução contratual, rescinde o contrato de concessão e retoma a titularidade da prestação do serviço.</p> <p>(C) a União Federal assume a titularidade de serviço público prestado pelos Estados ou pelos Municípios, por motivos de interesse público ou segurança nacional.</p> <p>(D) o concessionário solicita ao poder concedente a revisão de cláusulas contratuais, com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.</p> <p>(E) o poder concedente assume a administração do serviço público, com o objetivo de assegurar a regularidade e a adequação da prestação do serviço público.</p>
<p>43. São meios de controle jurisdicional dos atos administrativos passíveis de serem utilizados, individualmente, por qualquer pessoa física:</p> <p>(A) o mandado de segurança individual e o mandado de segurança coletivo.</p> <p>(B) a ação civil pública e a ação popular.</p> <p>(C) o mandado de segurança individual e o <i>habeas data</i>.</p> <p>(D) a ação popular e o mandado de segurança individual.</p> <p>(E) a ação civil pública e o mandado de segurança individual.</p>	

<p>47. A remuneração de servidores públicos estaduais por meio de subsídio tem como característica a</p> <p>(A) irredutibilidade e a impossibilidade de majoração, salvo por lei específica.</p> <p>(B) limitação ao equivalente a 90,25% (noventa vírgula vinte e cinco por cento) do subsídio recebido pelo Governador do Estado.</p> <p>(C) aplicação do respectivo regime a todos os servidores detentores de cargo público de provimento efetivo.</p> <p>(D) vedação ao acréscimo de abonos, gratificações ou adicionais.</p> <p>(E) limitação ao equivalente a 90,25% (noventa vírgula vinte e cinco por cento) do subsídio recebido pelos Ministros do Supremo Tribunal Federal.</p>	<p style="text-align: center;">DIREITO CONSTITUCIONAL</p> <p>51. Proposta de Emenda à Constituição apresentada por Deputado Federal com vistas à abolição da obrigatoriedade de alistamento eleitoral e voto para os maiores de dezoito e menores de setenta anos, transformando-os em facultativos, é aprovada, inicialmente, por três quintos dos membros da Câmara dos Deputados, em dois turnos de votação, e, na seqüência, por dois terços dos membros do Senado Federal, igualmente em dois turnos de votação. Uma vez aprovada, é promulgada a Emenda à Constituição pelas Mesas das duas Casas do Congresso. Referida Emenda é inconstitucional, em decorrência de</p> <p>(A) vício de iniciativa.</p> <p>(B) afronta a cláusula pétreia constitucional.</p> <p>(C) insuficiência de quorum de aprovação na Câmara dos Deputados.</p> <p>(D) insuficiência de quorum de aprovação no Senado Federal.</p> <p>(E) promulgação efetuada por órgãos incompetentes.</p>
<p>48. É decorrência do regime jurídico do ato administrativo vinculado a</p> <p>(A) impossibilidade de ser revogado por motivos de conveniência e oportunidade.</p> <p>(B) desnecessidade de ser praticado em observância a expresso comando de lei.</p> <p>(C) margem de escolha para o agente público decidir o conteúdo do ato.</p> <p>(D) prescindibilidade da declaração dos motivos de sua edição.</p> <p>(E) sua não sujeição ao controle jurisdicional, no que diz respeito a seu mérito.</p>	<p>52. Considera-se mecanismo de controle político preventivo de constitucionalidade</p> <p>(A) a ação direta de inconstitucionalidade.</p> <p>(B) o veto presidencial a projetos de lei.</p> <p>(C) a arguição de descumprimento de preceito fundamental.</p> <p>(D) o recurso extraordinário.</p> <p>(E) a sustação congressual de ato do Executivo que exorbeite dos limites de delegação legislativa.</p>
<p>49. O servidor do Estado da Paraíba ocupante de cargo de confiança, que não seja titular de cargo efetivo, NÃO tem direito a licença</p> <p>(A) maternidade.</p> <p>(B) para tratamento de saúde.</p> <p>(C) por motivo de doença em pessoa da família.</p> <p>(D) para tratar de assuntos particulares.</p> <p>(E) para o serviço militar.</p>	<p>53. Sobre os princípios que informam a ordem econômica na Constituição brasileira, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) se admite tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços oferecidos a consumo, com vistas à defesa do meio ambiente.</p> <p>(B) é assegurada a liberdade de iniciativa, sendo vedado a órgãos públicos exigir autorização para o exercício de atividade econômica, salvo nos casos previstos em lei.</p> <p>(C) em decorrência do princípio da função social da propriedade, não se considera a propriedade privada como princípio geral da atividade econômica na Constituição.</p> <p>(D) a livre concorrência, a busca do pleno emprego e a redução das desigualdades regionais e sociais estão arrolados como princípios constitucionais da ordem econômica.</p> <p>(E) se permite tratamento favorecido para empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no país.</p>
<p>50. A penalidade de suspensão ao servidor do Estado da Paraíba</p> <p>(A) apenas pode ser aplicada em hipóteses específicas, taxativamente previstas na lei.</p> <p>(B) é reservada a infrações mais leves, na apreciação discricionária da autoridade competente.</p> <p>(C) pode ser convertida em demissão, no caso de reincidência.</p> <p>(D) implica também a cassação da aposentadoria, se a infração tiver sido cometida em atividade.</p> <p>(E) é pena cuja ação disciplinar prescreve em 2 (dois) anos, contados de quando a infração se tornou conhecida.</p>	

<p>54. Nos termos da Constituição da República, a assistência social</p> <p>(A) integra a seguridade social, ao lado dos direitos à saúde, previdência social e educação.</p> <p>(B) atenderá à cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada.</p> <p>(C) tem por objetivo a garantia de um salário mínimo mensal de renda ao trabalhador em situação de desemprego involuntário.</p> <p>(D) será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social.</p> <p>(E) é organizada com base na centralização político-administrativa, cabendo a coordenação das atividades à esfera federal.</p>	<p>58. Considera-se exemplo do mecanismo de freios e contrapesos, que caracteriza a divisão de funções entre os órgãos do poder na Constituição brasileira de 1988, a</p> <p>(A) nomeação pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(B) possibilidade de adoção, pelo Presidente da República, de medidas provisórias, com força de lei.</p> <p>(C) possibilidade de Deputado Federal ou Senador ser investido em cargo de Ministro de Estado, sem perder o respectivo mandato.</p> <p>(D) autorização, concedida pelo Congresso Nacional ao Presidente da República para exercer atribuição legislativa limitada no objeto e no tempo.</p> <p>(E) impossibilidade de Deputado Federal ou Senador, desde a posse, ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo.</p>
<p>55. O método de interpretação das normas constitucionais segundo o qual se procura identificar a finalidade da norma, levando-se em consideração o seu fundamento racional, é o método</p> <p>(A) literal.</p> <p>(B) gramatical.</p> <p>(C) histórico.</p> <p>(D) sistemático.</p> <p>(E) teleológico.</p>	<p>59. A Constituição vigente prevê expressamente que a República Federativa do Brasil rege-se, nas suas relações internacionais, pelos princípios de</p> <p>(A) desenvolvimento nacional, prevalência dos direitos humanos e defesa da paz.</p> <p>(B) cooperação entre os povos para o progresso e não-concessão de asilo político.</p> <p>(C) solução jurisdicional dos conflitos, repúdio ao terrorismo e ao racismo.</p> <p>(D) independência nacional, autodeterminação dos povos e não-intervenção.</p> <p>(E) igualdade entre os Estados, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.</p>
<p>56. O brasileiro naturalizado, com idade de trinta e cinco anos, domicílio eleitoral no Estado, filiado a partido político e que esteja no exercício pleno de seus direitos políticos poderá candidatar-se a</p> <p>(A) Vice-Presidente da República, Governador do Estado ou Senador.</p> <p>(B) Presidente da República, Senador ou Governador do Estado.</p> <p>(C) Deputado Federal, Governador do Estado ou Deputado Estadual.</p> <p>(D) Ministro do Supremo Tribunal Federal, Deputado Federal ou Senador.</p> <p>(E) Ministro de Estado da Defesa, Vice-Governador do Estado ou Deputado Estadual.</p>	<p>60. Segundo a disciplina constitucional da liberdade de associação,</p> <p>(A) as entidades associativas têm legitimidade para representar seus filiados extrajudicialmente, independentemente de autorização.</p> <p>(B) ninguém poderá ser compelido a manter-se associado, salvo disposição contrária do estatuto ou contrato social.</p> <p>(C) as associações somente poderão ter suas atividades suspensas por decisão judicial transitada em julgado.</p> <p>(D) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização.</p> <p>(E) a criação de associações independe de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.</p>
<p>57. Considere as afirmações em relação aos instrumentos constitucionais de garantia dos direitos fundamentais:</p> <p>I. Assegura-se a todos, independentemente de taxas, o direito de petição aos Poderes Públicos contra ilegalidade ou abuso de poder.</p> <p>II. Será concedido mandado de segurança para o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de caráter público.</p> <p>III. Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao meio ambiente.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) II e III.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) III.</p> <p>(D) II.</p> <p>(E) I.</p>	

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DA PARAÍBA

61. No contexto do período colonial, é correto afirmar que, no processo de conquista e colonização da Paraíba,

- (A) a aproximação entre índios e franceses por causa do pau-brasil dificultou a ação colonizadora dos portugueses.
- (B) os holandeses, por não terem interesses pela economia açucareira, destruíram os engenhos de cana.
- (C) os portugueses não tiveram dificuldades na ocupação da terra, pois souberam articular uma aliança de amizade com os índios da região.
- (D) a exploração do pau-brasil, feita por ingleses e alemães, retardou em dois séculos a dominação portuguesa.
- (E) a dominação de Portugal na região foi facilitada pelas boas relações entre jesuítas, portugueses e grupos indígenas.

62. Em meados do século XIX, um movimento popular conhecido por “Ronco da Abelha” propagou-se na Paraíba e em outras províncias do Nordeste. Esse movimento representou uma reação contra

- (A) o decreto do governador da Paraíba convocando os homens pobres a se alistarem no exército regional.
- (B) as leis dos governantes do Nordeste na qual os desempregados poderiam ser transferidos para as regiões produtivas do Sul do país.
- (C) uma legislação imperial que obrigava o povo a registrar em cartórios os nascimentos e os óbitos.
- (D) o decreto imperial que estabelecia o recrutamento forçado dos escravos para compor a Guarda Nacional.
- (E) a determinação da Igreja Católica que obrigava os fiéis a se registrarem visando a cobrança do dízimo.

63. Durante o Segundo Reinado, eclodiu em várias cidades do Nordeste brasileiro um movimento conhecido por “Quebra-Quilos”. Esse movimento foi

- (A) uma revolta dos partidos liberal e conservador contra a centralização do poder político, imposta pelo governo imperial.
- (B) uma insubordinação dos trabalhadores livres que se viam obrigados a longas jornadas de trabalho devido à Lei Eusébio de Queirós.
- (C) um levante de tenentes por causa das restrições impostas por D. Pedro I à participação dos jovens militares na vida política.
- (D) uma insurreição popular provocada, dentre outras causas, pela substituição do sistema de pesos e medidas, decretado por D. Pedro II.
- (E) uma revolução de escravos contra os comerciantes por vendê-los como peças ou mercadorias de baixa qualidade.

64. Tanto a base grupal da oligarquia como seu fundamento na produção agrária de exportação dependeram da existência de um Estado de patronagem.

(Linda Lewin. **Política e parentela na Paraíba**. Rio de Janeiro, Record, 1993. p. 71)

No texto, a autora expressa sua idéia sobre aspectos da sociedade paraibana durante a Primeira República (1889 a 1930). Identifique as afirmações na qual o conteúdo histórico tenha intrínsecas relações com o texto.

- I. A expansão do setor exportador ocorreu em razão do volume crescente de algodão embarcado para o exterior e para portos domésticos.
- II. A oligarquia agrária dependeu da economia exportadora não apenas para sua sobrevivência, mas também para seu controle sobre a vida política.
- III. As políticas governamentais refletiam os interesses fundiários e comerciais dos mais importantes grupos de base familiar.
- IV. A essência da oligarquia está no quase monopólio que a máquina partidária dominante exerceu sobre as instituições formais do Estado e no poder político que fluía desse monopólio.

É correto o que se apresenta em

- (A) I e II apenas.
- (B) III e IV apenas.
- (C) I, II e IV apenas.
- (D) II, III e IV apenas.
- (E) I, II, III e IV.

65. A Revolução de 1930 foi um movimento político que provocou a ruptura da ordem constitucional no Brasil. Um dos aspectos desencadeadores desse movimento foi

- (A) o rompimento do pacto dos coronéis feito por Washington Luis quando este indicou o gaúcho Getúlio Vargas para a presidência e o paraibano João Pessoa para compor a chapa oficial para sucedê-lo.
- (B) o assassinato do paraibano João Pessoa que teve grande ressonância no país, considerado o estopim que reaglutinou as forças de oposição contra a oligarquia cafeeira.
- (C) a mudança política radical do presidente Washington Luis que resolveu apoiar um candidato mineiro à sua sucessão, contrariando os interesses de São Paulo e da Paraíba.
- (D) a adesão dos líderes do movimento tenentista à coligação da oligarquia paulista e paraibana, fato que contrariou os interesses dos republicanos gaúchos e baianos.
- (E) o atentado praticado pelos integralistas contra Getúlio Vargas que provocou comoção nacional e trouxe apoio popular importante para a derrubada da oligarquia agrária.

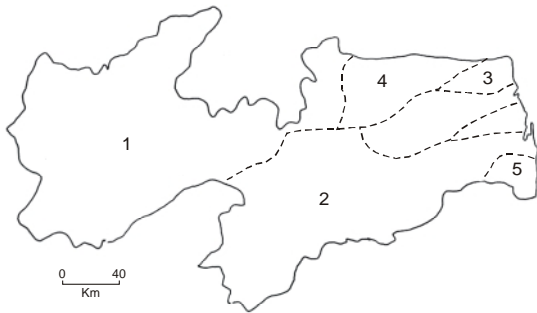
66. Considere as seguintes afirmações sobre o espaço físico paraibano.

- I. A maior parte do território é constituída por rochas antigas, muito resistentes, que fazem parte do Complexo cristalino do pré-Cambriano.
- II. Na frente escarpada oriental da Borborema são freqüentes as chuvas denominadas frontais, resultantes do forte aquecimento diurno que promove intensa evaporação.
- III. Em inúmeros trechos do litoral sul paraibano são encontrados altos paredões escarpados – as falésias – que sofrem intenso ataque das águas marinhas.
- IV. Nas áreas sertanejas, os solos são resultantes de forte intemperismo químico e, em decorrência, muito profundos.
- V. Na porção centro-oeste da Paraíba, a vegetação predominante é da caatinga cujo aspecto varia conforme o grau de aridez do clima.

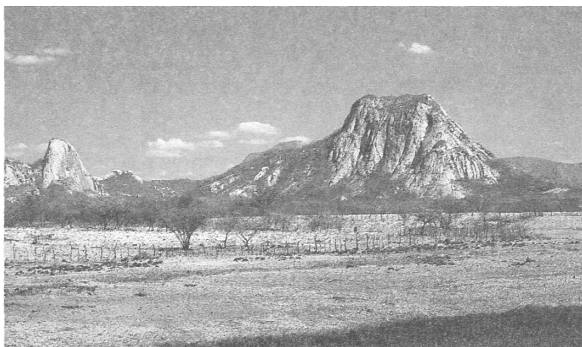
Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, III e V.
- (C) I, IV e V.
- (D) II, III e IV.
- (E) III, IV e V.

67. Considere o mapa e a figura a seguir.



(Rodríguez, Janete Lins (coord.) Atlas escolar da Paraíba. João Pessoa: Grafset, 2002)

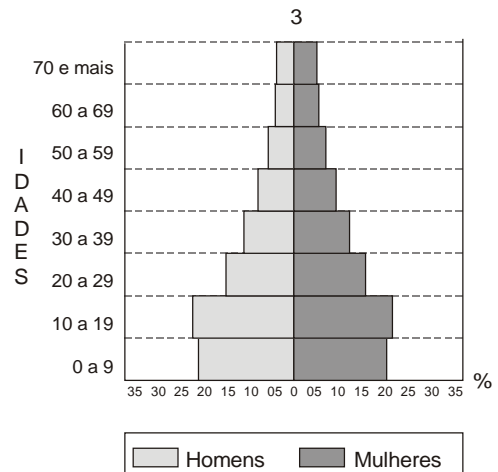
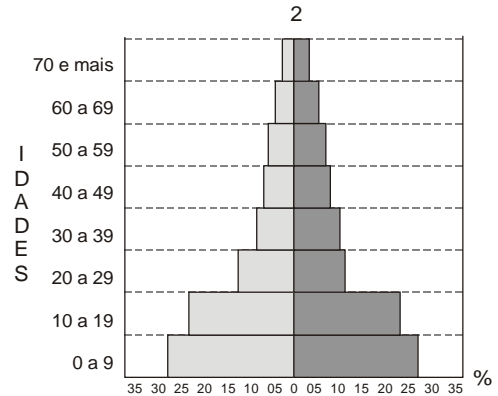
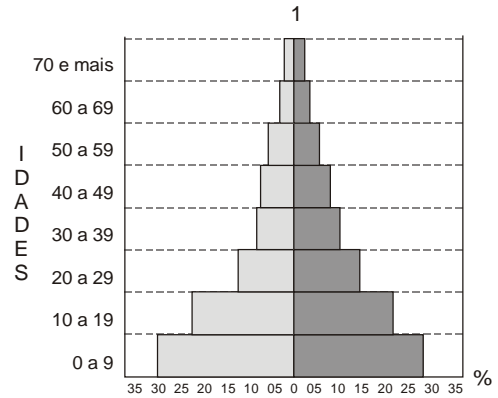


A paisagem é formada por morros completamente isolados que se destacam nos baixos pediplanos sertanejos.

Assinale a alternativa que identifica, correta e respectivamente, a paisagem à bacia hidrográfica indicada no mapa.

- (A) São as chapadas sedimentares encontradas, sobretudo, na região da bacia 4 do rio Camaratuba.
- (B) São as colinas sedimentares encontradas, sobretudo, na região da bacia 2 do rio Mamanguape.
- (C) São as frentes de cuevas encontradas, principalmente, na região da bacia 3 do rio Paraíba.
- (D) São os inselbergs encontrados, principalmente, na região da bacia 1 do rio Piranhas.
- (E) São os maciços cristalinos encontrados, principalmente, na região da bacia 5 do rio Carimataú.

68. Observe as pirâmides etárias apresentadas abaixo.

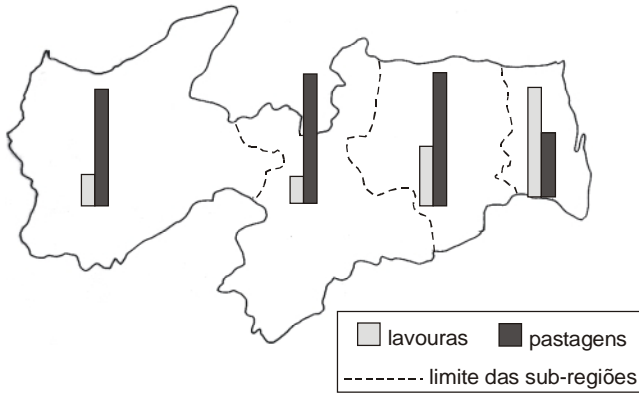


(Rodríguez, Janete Lins (coord.) Atlas escolar da Paraíba. João Pessoa: Grafset, 2002. p. 49)

Na última década, considerando as características demográficas da Paraíba, é possível afirmar que a composição etária da população paraibana encontra-se melhor retratada na pirâmide

- (A) 3, que reflete a atual tendência da população em diminuir o crescimento vegetativo e aumentar a esperança de vida.
- (B) 2, que sugere fortes transformações na composição da população decorrentes do rápido processo de urbanização verificado no Estado.
- (C) 2, que ressalta a pequena porcentagem de jovens e adultos no conjunto da população como reflexo do movimento migratório.
- (D) 1, que demonstra que recentemente a esperança de vida da população com mais de 60 anos tem aumentado.
- (E) 1, que revela o forte crescimento vegetativo provocado pela alta taxa de natalidade ainda presente em várias regiões do estado.

69. A questão está relacionada ao mapa e às afirmações a seguir:



(Rodríguez, Janete Lins (coord.) **Atlas escolar da Paraíba**. João Pessoa: Grafset, 2002. p. 42 – Adaptado)

- I. O predomínio da pecuária no interior do Estado guarda forte relação com as condições climatobotânicas de cada sub-região paraibana.
- II. A maior concentração de lavouras comerciais do Estado, sobretudo, as monoculturas canavieiras, está na região da Mata Paraibana.
- III. Nas sub-regiões de Borborema e do Sertão observa-se a crescente mecanização das lavouras destinadas ao consumo interno.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

70. Em João Pessoa e em seu entorno, o rápido crescimento demográfico tem ampliado a oferta de mão-de-obra pouco qualificada, o que gera níveis salariais muito baixos. Como consequência desse fato, é correto afirmar que

- (A) o equilíbrio socioeconômico que existia na área submetropolitana, durante as décadas de 1980 e 1990, foi rompido.
- (B) a pobreza de grande parcela da população urbana cria obstáculos para a instalação do processo de globalização.
- (C) a região da capital sofre um processo denominado macrocefalia urbana, pois, atualmente, concentra 50% da população do Estado.
- (D) as áreas agrícolas próximas à região de João Pessoa passam a receber os desempregados que buscam trabalho temporário nas lavouras.
- (E) no espaço urbano observa-se uma crescente massa de excluídos que sobrevive do trabalho informal e amplia a periferia.